

Déficit elevado impede choque

Em São Paulo, Maílson da Nóbrega negou o choque e disse que o governo estuda outras coisas em Israel e no México

O déficit público gigantesco do governo não permite que o Brasil introduza um novo congelamento de preços e salários. Foi o que afirmou ontem, em São Paulo, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, a respeito dos estudos que o governo está fazendo das experiências de outros países, como Israel, México e Argentina. Segundo ele, o déficit público foi a causa básica do fracasso do Plano Cruzado e do Plano Bresser, motivo pelo qual um choque não será adotado. Mais tarde em Brasília, o ministro garantiu que o congelamento seria "um suicídio econômico, político e social".

Maílson garantiu que a equipe do governo que estuda o modelo israelense está interessada em saber como Israel mantém um orçamento sem deterioração, convivendo com altos índices de inflação. E os técnicos que vão ao México (um do Ministério da Fazenda e outro do Banco Central) têm a missão específica de estudar como o governo mexicano está usando o desconto de sua dívida externa no mercado secundário para reduzir o estoque da dívida.

Além de não permitir um choque econômico no momento, o déficit público foi apontado pelo ministro como o grande responsável pela inflação. Motivo pelo qual é o primeiro ponto a ser atacado pelo programa econômico do governo: deverá ser de, no máximo, 2% do Produto Interno Bruto em 1989. Mesmo assim, Maílson reconheceu que a inflação não vai baixar. "Em nenhum momento afirmei isso." O grande esforço, segundo ele, é evitar a hiperinflação (25 a 30% ao mês, na sua ótica).

O controle do déficit público

também é condição necessária para a normalização das relações entre o Brasil e a comunidade financeira internacional, reconheceu Maílson. O acordo com o Fundo Monetário Internacional, já aprovado pela missão técnica que esteve no Brasil, deverá estar fechado oficialmente no final de julho ou início de agosto. Com essa perspectiva, ele espera retomar as negociações com o Clube de Paris no final de julho ou, no máximo, início de setembro.

O ministro disse ter consciência de que a obtenção de novos recursos, como os do Fundo Nakasone, do Japão, dependem desses acordos. Por isso, esteve ontem no Simpósio Internacional das Relações Nipo-Brasileiras, explicando a política econômica do Brasil aos empresários japoneses. Ele destacou que o objetivo fundamental dessa política é afastar o Estado das funções de empresário e regulador que desenvolve hoje, para dedicar-se primordialmente à ampliação dos gastos com programas sociais. Também para explicar o programa econômico, ele deverá estar no Japão em breve. Mas vai levar, também, alguns dos 19 projetos de investimento que o Brasil já tem pronto para pleitear recursos do Fundo Nakasone.

"Vamos começar a conversar sobre os projetos desde já."

O ministro tranquilizou os empresários brasileiros dizendo que a nova política tarifária a ser anunciada nos próximos dias abre o mercado interno à concorrência estrangeira, mas é suficientemente protecionista quanto à indústria brasileira. O objetivo dessa política é reduzir o superávit comercial que fez do Brasil um exportador prematuro de capitais.



Norma Albano

Para Maílson, déficit é causa maior da inflação. Um choque agora seria "um suicídio"

Após o pronunciamento no seminário, Maílson abordou diversos assuntos com a imprensa. Criticou a anistia da dívida bancária das pequenas empresas, porque ela não tem senso prático nem resolve os problemas dos empresários. Pior que isso, pode provocar uma desorganização total na economia, que se

reverteria contra as próprias empresas beneficiadas com a anistia.

"GUERRA DE PREÇOS"

Sobre a "guerra de preços" desencadeada no Rio de Janeiro e Salvador, Maílson assegurou que o governo a vê com bons olhos, já que é um subproduto da competição de mercado. Mas alertou que ela não

vai ter papel importante no combate à inflação. Quanto às contas bancárias remuneradas, projeto em estudo pelo governo, o ministro confirmou que sua obrigatoriedade está descartada, porque não há consenso entre o governo e os empresários do setor financeiro sobre a necessidade de sua instituição.